

A questão política do déficit

São indiscutíveis as conquistas dos primeiros dois anos do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Uma inflação na marca de um dígito já em 1997, feito que parecia impossível há dois anos, está se convertendo em realidade, surpreendendo o mundo. Há problemas com a balança comercial, mas, dado o fluxo de capitais externos, o País não está ameaçado de crise do balanço de pagamentos. Mesmo os mais acerbos críticos da política de comércio exterior do governo não de reconhecer que a abertura, lado a lado com a estabilização, melhorou consideravelmente o acesso da população a bens de consumo. Não é irrealista o cálculo de que 13 milhões de brasileiros superaram a linha da pobreza, e mesmo o desemprego, apesar de grave, é hoje inferior ao que era em 1993. Avançou também o País na área de educação e saúde, como estatísticas internacionais começam a mostrar.

Há, porém, um obstáculo notório à frente para que o País possa prosseguir no rumo do desenvolvimento sustentado. Como salientou o presidente na última reunião ministerial do ano, "tínhamos e temos problemas com o déficit público". Embora não se possa dizer que o atual Congresso tenha sido inativo, a constatação é de que pouco progresso fizeram aquelas reformas de maior impacto na redução do gasto público. E sem essas reformas "não teremos um horizonte tranqüilo de controle do déficit", como disse Fernando Henrique.

Apesar dessa visão lúcida, observa-se que falta, não apenas no Congresso, mas no próprio go-

verno e nas forças políticas que o apóiam, uma compreensão do desafio que está diante do País. Se não conseguirmos colocar em ordem as contas do governo, se não tivermos um orçamento realista em que as despesas deverão encontrar correspondência nas receitas, se não formos capazes de conter a dívida pública interna, que é um dos principais fatores do déficit, todas as conquistas dos últimos dois anos podem vir a ser comprometidas.

**A credibilidade
do Plano Real
depende
da regularização
definitiva das
contas públicas**

receitas obtidas por meio da privatização de empresas. Alguns governadores e mesmo ministros acreditam que o governo deve usar os recursos assim obtidos para a formação de um fundo para aplicação exclusivamente em projetos de infraestrutura que todas as regiões do País requerem.

Podemos compreender esses anseios, particularmente em um momento em que o PND deve ganhar escopo ainda maior com a privatização prevista da Cia. Vale do Rio Doce (CVRD) e a concessão ao setor privado de grandes hidrelétricas e das empresas de telecomunicações. É natural que se raciocine que, vendendo ativos ou concedendo a exploração de serviços por períodos prolongados, o governo deveria empregar o dinheiro em

A propósito, à medida que avança o Programa Nacional de Privatização (PND), surge uma proveitosa discussão na sociedade quanto ao destino a dar às

projetos concretos, de preferência a utilizá-lo para abater a dívida pública interna.

Trata-se de um falso dilema, como didaticamente mostrou o professor Márcio G. P. Garcia, do Departamento de Economia da PUC do Rio, em artigo que publicamos em nossa edição de ontem. Se as receitas da privatização forem utilizadas para reduzir a dívida interna e se outras medidas de austeridade forem tomadas, o déficit público poderá ser apreciavelmente reduzido e mantido sob estrito controle, podendo o País contar, na continuidade, com recursos para as obras de infraestrutura tão reclamadas.

Pode-se argumentar que a dívida interna do Brasil não é elevada em relação ao PIB, em comparação com outros países, o que é verdadeiro. Mas é preciso levar em conta que a dívida em nosso caso tem um mau perfil, sendo muito concentrada no curto prazo, e que as taxas de juros são elevadíssimas, gerando um enorme custo para o governo.

Não se deve esquecer, além disso, o que o Plano Real e, em consequência, o País podem ganhar em termos de credibilidade, se for efetuado o ajuste fiscal. Com a confiança interna e externa de que a estabilização estará firmemente ancorada, não faltarão meios para que o País possa fortalecer a infra-estrutura e crescer a taxas que satisfaçam as aspirações de seu povo.

Não temos dúvida, portanto, em considerar a contenção do déficit como a decisão política mais importante que o presidente Fernando Henrique Cardoso possa vir a tomar nos próximos dois anos. ■